



Coordenação:  
VITOR DE PAULA RAMOS

# ÔNUS DA PROVA NO PROCESSO CIVIL

Do ônus ao dever de provar

VITOR DE PAULA RAMOS

**3<sup>a</sup>** edição  
Revista  
e atualizada

2022

 EDITORA  
J&S PODIVM  
[www.editorajuspodivm.com.br](http://www.editorajuspodivm.com.br)



Rua Canuto Saraiva, 131 – Mooca – CEP: 03113-010 – São Paulo – São Paulo

Tel: (11) 3582.5757

• Contato: <https://www.editorajuspodivm.com.br/central-de-relacionamento>

**Copyright:** Edições JusPODIVM

**Diagramação:** Lupe Comunicação e Design ([lupecomunicacao@gmail.com](mailto:lupecomunicacao@gmail.com))

**Capa:** Ana Caquetti

• A Editora JusPODIVM passou a publicar esta obra a partir da 3.ª edição.

R175o Ramos, Vitor de Paula  
Ônus da Prova no Processo Civil: Do Ônus ao Dever de Provar/  
Vitor de Paula Ramos – 3. ed., rev. e atual. – São Paulo: Editora  
JusPodivm, 2022.  
256 p.

Inclui Bibliografia (Coleção Raciocínio Probatório)  
ISBN 978-85-442-3974-2

1. Direito Processual Civil 2. Dever de provar I Ramos, Vitor de  
Paula II. Título.

CDD 341.46

Todos os direitos desta edição reservados a Edições JusPODIVM.

É terminantemente proibida a reprodução total ou parcial desta obra, por qualquer meio ou processo, sem a expressa autorização do autor e das Edições JusPODIVM. A violação dos direitos autorais caracteriza crime descrito na legislação em vigor, sem prejuízo das sanções civis cabíveis.

# SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>19</b>
-------------------------	-----------

## II

<b>ALGUMAS PREMISSAS, OU DO NOVO DIREITO PROBATÓRIO. DIMENSÃO EPISTÊMICA DO PROCESSO: VERDADE, PROVA E NECESSIDADE DE UM PROCESSO ORIENTADO TENDENCIALMENTE À COMPLETEDE DO MATERIAL PROBATÓRIO .....</b>	<b>21</b>
1.1. Linhas sobre a verdade .....	22
1.1.1. Da verdade por correspondência. O consenso e/ou a crença não fazem verdade .....	22
1.1.2. Verdades, verdade e linguagem .....	26
1.1.3. Da incompletude do conhecimento e da sua (não) relação com a verdade. A figura do Per- feccionista Desapontado .....	29
1.2. Da importância da verdade para a busca dos fatos no Direito, da ligação entre a prova e a verdade, do significado de “está provado que <i>p</i> ” e da valoração racional da prova .....	31

1.2.1. Da importância da verdade para o Direito quanto à busca dos fatos.....	33
1.2.2. Da ligação entre a prova e a verdade.....	38
1.2.3. Do sentido de “está provado que <i>p</i> ”.....	41
1.2.4. Da valoração racional da prova.....	45
1.3. Processo justo, decisão correta sobre os fatos e a neces- sidade de um procedimento organizado para a busca da verdade e, conseqüentemente, orientado tendencial- mente à completude do material probatório.....	53
1.3.1. Decisão sobre os fatos e processo justo.....	54
1.3.2. Da necessidade de um procedimento organi- zado para a busca da verdade e, conseqüente- mente, orientado tendencialmente à completu- de do material probatório.....	56

## 2

<b>ÔNUS DA PROVA: DAS TENTATIVAS DE AMPLIAÇÃO DO MATERIAL PROBATÓRIO COM A CATEGORIA DO ÔNUS.....</b>	<b>65</b>
2.1. Dos dois aspectos do ônus da prova.....	66
2.1.1. Do aspecto objetivo.....	66
2.1.2. Do aspecto subjetivo.....	68
2.2. Distribuição fixa, inversões e dinamizações.....	70
2.3. Bases teóricas para as críticas.....	74
2.3.1. Distinção entre <i>ônus</i> e <i>dever</i> .....	75
2.3.1.1. Ônus processual? Ônus imperfeito?.....	96
2.3.2. Bases culturais da doutrina processual do século XX e a despreocupação com a comple- tude do material probatório quando da cons- trução científica do ônus da prova.....	101
2.4. Críticas à doutrina tradicional.....	113
2.4.1. Ônus e possibilidade de recusa de produção de prova contrária a si próprio.....	113

2.4.2.	Da inexistência do dito aspecto subjetivo do ônus da prova e da ausência de estímulos concretos e efetivos para a produção de provas .....	123
2.4.3.	Do aspecto objetivo e do juiz como destinatário da regra: da ausência de estímulos jurídicos às partes para a produção da prova .....	128
2.4.4.	Inversões e dinamizações: da ausência de estímulos concretos para o aumento da completude do material probatório.....	131

## 3

**DO ÔNUS AO DEVER DE PROVAR ..... 147**

3.1.	Da reestruturação do “aspecto subjetivo”: a <i>prova como atividade</i> e a necessidade de deveres de produzir provas .....	148
3.1.1.	Da natureza constitucional do dever de produzir provas; o <i>direito fundamental à prova</i> , sua eficácia vertical e sua eficácia horizontal mediada pela vertical .....	167
3.1.2.	Da ausência de qualquer direito fundamental à não produção de provas desfavoráveis no âmbito cível .....	171
3.1.3.	Dos possíveis limites do <i>dever</i> de produzir provas.....	178
3.2.	Da reinterpretação do “aspecto objetivo”. A prova como <i>resultado</i> : corroboração suficiente ou insuficiente com dever judicial de julgamento em desfavor da parte que detinha o risco da demanda .....	184

**CONCLUSÕES ..... 195****APÊNDICE – BUSCA JURISPRUDENCIAL SOBRE DINAMIZAÇÃO DO ÔNUS DA PROVA ..... 203**

Superior Tribunal de Justiça .....	203
Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais .....	211
Tribunal de Justiça do Estado do Paraná .....	229
Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul .....	234
Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo .....	241
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....</b>	<b>247</b>